



BOLETIM 3 – Brasília, 4 de novembro de 2015

Governo já gastou R\$ 408 bilhões só em juros este ano

Só em setembro, foram R\$ 70 bilhões em juros

Somente em setembro, o setor público gastou nada menos que R\$ 70 bilhões com juros. Para ser exato, R\$ 69,993 bilhões. Em um mês, foram gastos com juros duas vezes e meia o orçamento anual do programa Bolsa Família. No acumulado de janeiro a setembro, foram transferidos do setor público para os bancos e demais rentistas R\$ 408,319 bilhões (9,51% do PIB), segundo números divulgados pelo Banco Central na sexta-feira (29/10).

A título de comparação, somados, os orçamentos da Saúde, Educação, Bolsa Família, seguro-desemprego, abono salarial e Minha Casa Minha Vida são inferiores a R\$ 300 bilhões.

Aliás, o gasto do setor público com juros vem crescendo ano a ano. Em 2013 foram R\$ 248,856 bilhões. No ano passado, mais R\$ 311,380 bilhões.

“Com juros extorsivos para quem precisa tomar dinheiro e convidativos para quem quer especular, logicamente neste caso a especulação ganha; para que investir com a Selic de 14,25% se posso ganhar 20% especulando?”, questiona o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Corrado Vallo.

Além dos juros altos, a indústria nacional está sofrendo um intenso processo de desnacionalização e desindustrialização. Em três trimestres deste ano já foram desnacionalizadas 211 empresas, de acordo com a consultoria KPMG. Sob o governo Dilma, 1.296 empresas passaram para mãos estrangeiras. O resultado imediato desse processo é o aumento das remessas de lucro para o exterior e das importações, ambos com impacto nas contas externas.

A desnacionalização está acentuando um processo crescente de desindustrialização. Em julho de 2008, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 15,4%. Caiu para 10,9% em 2014. E a perspectiva é de queda ainda maior, haja vista a continuidade da política de “privatização através de concessão”. Em 1985, essa participação era de 35,88%, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Este ano o PIB será negativo, em torno de -3% e as projeções para 2016 são de uma variação de -1%. Com esses gastos com juros e o BC afirmando que vai manter os juros altos por um longo período, a previsão é de que economia brasileira continuará em recessão com o agravamento do desemprego.

Fonte: Comunicação CONTRICOM





PNAD: desemprego é o maior desde 2012

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada na quinta-feira (29) revelam que o desemprego tende a se agravar.

No trimestre encerrado em agosto (leva em conta dados de junho, julho e agosto), a taxa de desemprego no país atingiu 8,7% - o maior nível desde o início da pesquisa, em 2012. Em igual período do ano passado, a taxa estava em 6,9%. O número de pessoas que procuraram emprego, mas não encontraram foi estimado em 8,8 milhões, 2,008 milhões a mais em relação ao mesmo período de 2014 – um crescimento de 29,6%.

No trimestre anterior, encerrado em maio, o desemprego registrado tinha sido de 8,1%.

A efeito comparativo entre oferta e procura, 2,197 milhões de pessoas passaram a procurar emprego no trimestre encerrado em agosto de um ano para o outro (crescimento de 2,2%). Enquanto isso, praticamente não foram criadas vagas de trabalho no país: um aumento de apenas 189 mil postos, ou 0,2% a mais do que o observado em 2014.

O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou algum nos 30 dias anteriores à semana em que os dados foram coletados.

Emprego Formal

O número de empregados com carteira assinada, isto é, trabalho estável e com todos os direitos garantidos, também aparece em queda

livre na pesquisa, estimado em 35,539 milhões – uma queda de 3% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, ou menos 1,089 milhões de trabalhadores. Enquanto isso cresceu o número de trabalhadores por conta própria, o que é sinônimo de trabalho precário, em 4,4%.

A indústria em geral foi a que mais demitiu: 472 mil ocupados a menos (variação de 3,5% sobre o ano passado), seguida pelo setor da construção, que fechou 222 mil vagas (queda de 2,9%).

Cresce greve nacional na Petrobrás

Sindicatos aderem ao movimento contra arrocho salarial e desmonte da empresa

A greve dos petroleiros, deflagrada na última quinta-feira, 29, ganhou força e vem crescendo em todo o país desde o último final de semana. De acordo com a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), após paralisações contra proposta de rebaixamento salarial (inicialmente de 5,73%) e contra o desmonte do sistema Petrobrás através da venda de ativos da estatal proposta por Dilma/Bendine, diversos sindicatos aderiram ao movimento e a greve geral se intensifica. “A necessária greve nacional da categoria, pela qual tanto lutamos, se transforma cada vez mais em uma realidade que nos permite dizer que esta já é uma das maiores greves da história da categoria petroleira”, afirma a entidade.

Com a pressão e mobilização da categoria, a direção da Petrobrás chegou a alterar a proposta de reajuste, elevando para 8,11%, porém ainda



abaixo da inflação. O índice foi rejeitado pelos trabalhadores, que exigem a reposição das perdas e aumento real. Entre outras propostas, a direção da estatal defendeu ainda a redução salarial com redução de jornada, o que foi duramente rechaçado pela categoria.

No domingo (1º), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os 14 sindicatos de sua base finalmente aprovaram a adesão à greve, ampliando a mobilização, que já atinge unidades no Amazonas, Bahia, Ceará, Duque de Caxias, Rio Grande do Sul, São José dos Campos, Sergipe, Minas Gerais, Paraná e Norte Fluminense, onde a greve já mobilizou 42 plataformas da Bacia de Campos. No Espírito Santo, segundo o Sindipetro, a greve paralisou a P- 58, segunda maior produtora de petróleo do país com 120 mil barris dia. Em Pernambuco, os trabalhadores do Terminal da Transpetro em Suape e da Refinaria Abreu e Lima continuam cortando a troca de turnos. Em São Paulo, todas as unidades do Litoral Paulistas aderiram 100%. Na UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato de Caraguatatuba), a greve ganhou também o apoio dos caminhoneiros que bloquearam o transporte de combustíveis. Conforme a FNP, a direção da Petrobrás tentou impedir a mobilização na unidade, através de interdito probatório, mas teve ação indeferida pela Justiça. Na Replan, refinaria da Petrobras em Paulínia, os funcionários também aderiram à greve.

No Rio de Janeiro os funcionários do Centro Nacional de Controle Operacional (CNCO), no Rio de Janeiro, suspenderam os serviços, o que foi considerado uma decisão histórica, já que o CNCO nunca havia aderido a uma greve nacional. O Centro monitora, de forma centralizada, as

operações de transporte dutoviário da Companhia.

De acordo com a FUP, “os trabalhadores do Sistema Petrobrás não admitem a retirada de nenhum direito adquirido nos últimos anos”. Além disso, ressalta, “a greve dos petroleiros é motivada pela luta contra o desmonte da estatal, que em seu plano de negócios, também prevê a venda de diversos ativos da empresa. Se os cortes na Petrobrás continuarem, a estimativa é de que 20 milhões de empregos deixem de ser gerados até 2019.”

O plano de desinvestimento da empresa prevê a redução de pelo menos US\$ 11 bilhões dos investimentos previstos para 2015 e 2016, além de US\$ 7 bilhões nos gastos operacionais gerenciáveis nesse período.

Fonte: Comunicação CONTRICOM





CNI mostra anuncia dados da indústria

O faturamento real da indústria de transformação cresceu 1,2% em setembro na comparação com agosto, na série livre de influências sazonais, informou nesta terça-feira (3) a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na comparação com setembro de 2014, o faturamento teve queda de 8,4%. Os números estão na pesquisa Indicadores Industriais da confederação. No período de janeiro a setembro de 2015 em relação aos mesmos meses de 2014, houve redução de 6,8% no faturamento da indústria.

O levantamento mostra que as horas trabalhadas na produção recuaram 0,7% em setembro ante a agosto, sem os efeitos sazonais. A utilização da capacidade instalada caiu para 77,7%, o nível mais baixo desde janeiro de 2003, com redução de 0,2% de agosto para setembro. Em setembro de 2014, o uso da capacidade instalada chegou a 81,5%.

O emprego caiu 1,7% em setembro em relação a agosto, na série livre de influências sazonais. Foi a maior queda mensal desde janeiro de 2003, quando começou a série histórica.

Ainda em setembro, a massa real de salários diminuiu 1,6% ante a queda de 8,2% em setembro de 2014, com redução acumulada no ano de 5,3%. O rendimento médio real dos trabalhadores recuou 0,3% frente a agosto e 0,3% ante a setembro do ano passado, na série livre de influências sazonais. No acumulado do ano, ficou positivo em 0,2%.

Fonte: Agência Brasil

Levy defende revisão de despesas obrigatórias

A recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é apenas parte da solução para um Orçamento robusto no próximo ano, disse nesta terça-feira (3) o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. E voltou a defender a necessidade de revisão de despesas obrigatórias para equilibrar as contas públicas em 2016.

“Não quero fazer cortes indiscriminados, mas é preciso reavaliar programas que necessitam de mais eficiência, como auxílio-doença, seguro-defeso e [a concessão de] aposentadorias”, declarou o ministro após assinatura de acordo no Ministério das Relações Exteriores entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo o ministro, a CPMF representa uma maneira transparente e eficaz para levantar recursos para a Previdência Social. Ele defendeu a volta do tributo, informando que ainda não está claro por que uma contribuição que incide sobre todas as camadas da população com uma alíquota baixa desagrade à sociedade. Levy chegou a sugerir que os veículos de comunicação fizessem enquetes sobre o tema.

Em relação às despesas obrigatórias, Levy afirmou que discussões estruturais são necessárias para fornecer um horizonte ao gasto público e tornar a tributação mais eficiente. Ele acrescentou que as discussões em torno do Orçamento do próximo ano continuam produtivas, mas não entrou em detalhes sobre as negociações.

Fonte: Agência Brasil

Paim diz que carta divulgada pelo PMDB é contrária aos direitos dos trabalhadores

Preocupado com a precarização dos direitos dos trabalhadores, o senador Paulo Paim (PT-RS) se disse surpreso com carta publicada pelo PMDB, intitulada "Ponte para o futuro", que, na opinião dele, pode levar a uma fragilização maior para os empregados em suas relações com os patrões.

Entre os projetos defendidos pelo PMDB, está o que dá mais força aos acordos e negociações coletivas do que aos direitos previstos em lei, disse o senador.

— Na prática, ela vai tocar no piso salarial, na carteira assinada, porque não tem motivo mais ter CLT, 13º, jornada de trabalho, fundo de garantia, férias, aviso-prévio, seguro-desemprego, e o mais recente projeto das empregadas domésticas. Todos vão ficar fragilizados — avaliou.

Segundo Paim, toda vez que uma crise econômica atinge o país, representantes dos setores produtivos procuram representantes no Congresso para defender a retirada de direitos dos trabalhadores como um dos remédios para o combate às dificuldades.



Fonte: Agência Senado

Presidente do TST defende custeio sindical

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio José de Barros Levenhagen, defendeu o custeio sindical obrigatório, durante audiência pública da Comissão Especial de Financiamento da Atividade Sindical.

“Se fosse retirada essa fonte de renda, os Sindicatos não teriam condições de realizar seu trabalho nem de suprir a ausência do Estado, promovendo a assistência médica e jurídica para seus associados”, disse Levenhagen.

A comissão reuniu na última quinta (29) representantes de Centrais Sindicais, do Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do governo, para discutir as fontes de recursos das entidades. O objetivo é apresentar uma proposta que aglutine projetos que tratam do assunto.

Custeio - As fontes de financiamento das entidades preocupam os sindicalistas porque algumas são questionadas judicialmente.

Mais informações: www.diap.org.br